



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12960 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A DIÁSPORA AFRICANA EM CUBA: RAÍZES TRANSATLÂNTICAS DE OPRESSÕES, INSURGÊNCIAS E ESPERANÇAS

Maria do Carmo Luiz Caldas Leite - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

A DIÁSPORA AFRICANA EM CUBA: RAÍZES TRANSATLÂNTICAS DE OPRESSÕES, INSURGÊNCIAS E ESPERANÇAS

Resumo: A problemática apresentada neste texto integra um amplo estudo concernente à edificação da nacionalidade cubana como o produto de acumulações sociais de extensa duração. No bojo da ligadura de classes-etnias, o trabalho busca discutir os processos de “cristalização de esquecimentos” com ou apesar das transformações na da esfera político-educativa em Cuba. Uma profunda tarefa de séculos coagulou a identidade cubana formada por retalhos de diferentes origens. À consolidação da *cubania*, correram duas vertentes fundadoras: a dos colonizadores espanhóis e a dos africanos escravizados. A investigação está vinculada à trajetória de estudos de cunho etnográfico realizados pelo autor do presente texto no país caribenho, nas últimas quatro décadas, que permitiram transitar entre a observação e a análise, entre a teoria e a empiria. A longa permanência no campo de pesquisa propiciou múltiplas reflexões sobre o complexo processo histórico-cultural, que intercomunica sujeitos e épocas. Na perspectiva desta pesquisa é possível inferir um círculo de reprodução dos preconceitos ao longo da história cubana, que apresenta notável capacidade de sobreviver no tempo.

Palavras-chave: Cuba; diáspora africana; *cubania*; transculturação.

Os estudos da sociedade cubana demonstram a acumulação de riquezas pela oligarquia submissa aos signos da aristocracia ibérica. Com a chegada dos colonizadores, os nativos foram utilizados em trabalhos rudes, enquanto a Espanha transitava por um regime

semifeudal, introduzindo em Cuba a propriedade privada. A desculturação, como matriz hegemônica desde a invasão das Américas, estava baseada no racismo e na exploração imposta pelos conquistadores aos povos originários, fazendo-os saltar, sem transição, séculos através da história. Contudo, a violência não impediu as marcas dos autóctones na cultura e no caráter dos cubanos.

No escopo desta pesquisa apresentam-se aspectos do tensionamento entre colonialismo e insurgências em processos violentos: da escravidão e do saque dos recursos naturais. Em meio a este enredamento, é necessário reconhecer nos alicerces da *cubanidad* os anseios próprios da população em entrelaçar a trajetória pessoal com a trama histórica do país, que oscila, de forma periódica, entre o passado de lutas, o presente marcado por dificuldades e os interrogantes do futuro. A principal referência teórica deste estudo é obra de Fernando Ortiz (1881-1969), atravessada por densa reflexão relativa aos atos de dominação racial e de classe, que apresenta uma especificidade em função do pertencimento de Ortiz à primeira geração de cidadãos cubanos independentes da Espanha. Para o autor, os lampejos da *cubanía* estão calcados em uma cultura de resistência, base de um processo de elaboração ideológica transmitido como herança, que assumiu formas de rejeição ao que é imposto sob forma de castigo e espoliação. Com o genocídio da população nativa, a escravidão passou a fazer parte da ideologia de opressão racial, dentro do padrão atrasado do sistema espanhol, dificultando a adaptação ao capitalismo e ao avanço da industrialização.

Quando Ortiz (2002) escreveu que a história de Cuba é a história de suas intrincadas transculturações, o cubano começou a ser definido como resultado inacabado da síntese dos grupos que chegaram à Ilha. Para o autor, este processo apreende as correntes que haviam circulado no Atlântico e nos três continentes, em cruzamentos simbólicos e materiais, desde o século XV. A complexidade da transculturação envolve profundos câmbios qualitativos da cultura, substituindo termos mais limitados como aculturação.

De origem multiétnica, o cubano emergiu de uma consciência política e de sua colocação em prática. Uma das pilstras do sistema colonial hispano-americano na formação da *cubanidad* foi o regime agrário escravocrata, baseado no açúcar, elemento que definiu a estrutura econômica do país por mais de três séculos. As relações entre colonizados e colonizadores colocaram em relevo duas pátrias: a dos *criollos* brancos e a dos *criollos* negros, sendo que em espanhol *criollo* significa pessoa nascida na América, radicalmente distinto do termo “crioulo”, em uso no Brasil. Cada grupo projetaria a sua identidade a partir do pertencimento a uma comunidade étnica: o confronto dos patrícios com as autoridades coloniais lançou bases à formação do patriotismo branco; de modo análogo, as insurgências que empreenderam os afro-cubanos contra o regime escravista criaram as condições ao patriotismo negro. Dessa maneira, o sentimento de etnia prevaleceu nas camadas *criollas* sobre o sentimento nacional.

A discriminação étnica foi institucionalizada pelo sistema colonial, sendo o racismo generalizado e imposto por meios legais e informais como necessidade de dominação. Nesse

contexto, situa-se a transculturação como princípio que dirige práticas e pensamentos. Os africanos de muitas regiões, desde o Senegal, Congo e Angola, com suas culturas destroçadas, chegaram a Cuba, implicando um movimento dialético de intrincados componentes volitivos. Na radicalidade dos fluxos diaspóricos, os negros exerceram desde tarefas abusivas até refinadas obras artesanais, alavancando um desenvolvimento discriminatório.

Segundo Ortiz (2002), a miscigenação foi facilitada em razão do papel doméstico das mulheres na Espanha. Os colonizadores eram quase todos homens e costumavam amancebar-se com servas negras, gerando filhos. A *cubanía* surgiu entre as pessoas nascidas e crescidas, sem recuos, com a alma enraizada em Cuba. Os negros sentiram mais cedo do que os brancos a consciência da *cubanía*, pois tinham que, prontamente, perder a esperança de voltar às origens. Em sua nostalgia não puderam almejar repatriamento ou descanso ao fim de vida, não pensando em ser mais do que cubanos. Porém, o colonizador branco, antes mesmo de chegar a Cuba, já imaginava o seu retorno à terra natal.

Os africanos trazidos a Cuba eram jovens com idades de 15 a 20 anos. O tráfico chegou ao seu ponto mais alto no início do século XIX. Mas, a partir de 1830, ocorreu a compra massiva de meninos de 9 a 12 anos para facilitar o adestramento. A norma era importar uma baixa porcentagem de mulheres. O índice de masculinidade representava aproximadamente 70%, até ser abolido o comércio legal de escravos. As mulheres eram avaliadas como de baixa produtividade, com a única vantagem de incrementar o capital investido pela procriação. Entretanto, os altos índices de mortes por parto e a mortalidade infantil acarretavam riscos. O custo da compra de um adolescente era inferior ao da criação até que o recém-nascido alcançasse a idade para se incorporar à produção agrícola.

Os homens arrancados da África não aceitavam mansamente a exploração, ocorrendo uma evasão esporádica aos *palenques* nos montes. “Homens submetidos a leis que não fizeram ou que fizeram contra eles, não tinham como enfrentar os que sabidamente não poderiam vencer” (RIVERA, 2006, p. 30). Contudo, em 1843, a rebelião encabeçada pela negra Carlota e um grupo de insurgentes de vários engenhos teve repercussão internacional. Aos poucos dias de insurreição, apareceu em Havana uma corveta dos EUA, para aplastar a revolta. Carlota, presa e amarrada a quatro cavalos, morreu por esquarteramento.

A violência corporal impregnou na memória do povo, não apenas como uma simples angústia, mas um elemento marcante na identidade cubana, onde a escravidão se prolongou mesmo após a Abolição nas colônias inglesas e francesas. Nas grandes propriedades, com cerca de 500 escravos, foram construídos edifícios carcerários de pedra, planejados para dificultar o convívio entre os escravizados. Um dos aspectos mais traumáticos foi a liquidação da atividade sexual entre homens e mulheres. Não obstante os esforços para aniquilar a ancestralidade cultural, a repressão fez brotar a comunicação subterrânea, como recurso de sobrevivência, que contribuiu para a sincretização das seitas africanas.

No decorrer do século XIX, portugueses, espanhóis e holandeses condenaram o tráfico de escravos e concordaram com a Grã-Bretanha em suprimi-lo. Assim, para que mulheres negras dessem à luz, foram criadas granjas de nascimentos nos engenhos cubanos, pois na avaliação da *sacarocracia* passou a ser mais rentável que o contrabando.

Do início do século XVIII até 1886, ano da Abolição, um milhão de negros foram levados a Cuba, em meio às denúncias de alteração no balanceamento entre brancos e afrodescendentes. O projeto dos abolicionistas cubanos estava baseado na defesa da imigração europeia. O chamamento à diversidade racial vinculava-se ao receio da perda de tradição hispânica na Ilha. O branqueamento da população fundamentava-se tanto na supressão dos negros, quanto no aniquilamento das memórias do cativo. Mas, os defensores da escravidão argumentavam que, por razões supostamente humanitárias, os africanos precisavam ser “resgatados” de conflitos entre povos canibais.

Se com o suor dos escravizados se construíram os grandes latifúndios, com seu espírito de rebeldia se semeou o caminho da independência. A guerra contra o colonialismo espanhol contou com um número significativo de escravos libertos convocados à luta. O pensamento de um grupo de cubanos, especialmente ligados à Educação, responsáveis pelas raízes do legado pedagógico autóctone, deu origem a uma corrente liberal que exigia o fim do regime escravocrata. Como organizador da guerra de independência, dando-lhe uma dimensão antiimperialista, surgiu José Martí (1853-1895), o “apóstolo” nacional de Cuba, a figura cimeira do ideário que os independentistas legaram às futuras gerações. Em suas bases, a herança de Martí desmonta o mito histórico do eurocentrismo, rechaçando o argumento apologético de que o colonialismo havia sido o propulsor da incorporação das Américas à História.

Em 1898, com os homens imprescindíveis à radicalização do processo, entre eles Martí, mortos nos campos de batalha, faltando apenas ao *Ejército Libertador* cubano colher os frutos de sua vitória, os EUA intervieram na guerra contra a Espanha. Este fato impediu os combatentes cubanos de entrar em Santiago, com temor de que os “escravos arruaceiros” violassem as mulheres. O povo foi arrastado à miséria, tendo início a República Mediatizada, onde os negros conformaram o rol da exclusão social na expansão dos latifúndios. Libertos, ironicamente, continuavam cativos nos engenhos, trabalhando em troca de comida, confinados nos mesmos barracões. Além da discriminação explícita, viam-se em um círculo de impossibilidade de ascensão social. “Não havia um professor ou um advogado negro, porque diziam que os negros não eram nada mais do que bons para os campos” (BARNET, 1977, p. 98).

A Revolução Haitiana (1791-1804) foi premonitória, apelando ao ódio racial, sempre que circulavam as notícias de expedições rumo a Santiago. Uma consequência da rebelião no Haiti foi o acirramento entre cubanos, espanhóis e estadunidenses da inquietação pela presença de negros. Os conflitos raciais culminaram com o *Masacre de los independientes de Color* em 1912, quando foram assassinados cerca de 5 mil negros no oriente da Ilha. O mito

da igualdade racial ficou sem apoio popular na Cuba republicana, que fomentou o ideal racista de branqueamento pelos incentivos ao fluxo migratório europeu voltado ao trabalho agrário.

Com a intervenção dos EUA, o racismo hegemônico metabolizou-se nas atividades cotidianas, nos programas educacionais e nos modelos de vida. Os centros educativos, dentro da tendência pedagógica reacionária das classes dominantes, representaram um papel definitivo no contexto discriminatório em que se copiava o ambiente escolar dos vizinhos ao norte.

A brutalidade ocasionou reações de resistência ao neocolonialismo, que se acirraram depois de 26 de julho de 1953, com o ataque ao Quartel Moncada, em Santiago, sob o comando de Fidel Castro. Desviada em seu desenvolvimento, que as dificuldades não puderam anular, recuperou-se a tradição de lutas do século XIX. Em 1959, com a vitória dos revolucionários, a massa vilipendiada emergiu para nova etapa societária. As expressões culturais africanas assumiram relevância nunca reconhecida durante séculos de marginalização. A Revolução nasceu com o propósito igualitário que condenava o racismo e o racista, mas as medidas tomadas não resultaram em sua eliminação. São muitas as evidências da consolidação de acesso aos bens educativos e à saúde, que permitiram não a poucos afrodescendentes alcançar a sua emancipação. Entretanto, essa trajetória não esteve livre de sobressaltos. Nas escolas criou-se o contato interracial, que buscava a superação classista. Contudo, a afirmação de igualdade esteve carente, desde o seu começo, de melhor elaboração analítica, conduzindo à manutenção de marginalizados. As escassas pesquisas sobre o tema racial, paralelamente à ideia de uma *cubanidad sin manchas*, prevaleceu até 1980, quando teve início a produção investigativa sistemática, meio que contornando a problematização concreta: a da negritude.

No novo milênio, são marcantes os traços da refuncionalização de desigualdades raciais de caráter histórico, não superadas, em associação à relativa falta de memória do que os negros aportaram à nação. Pablo Rodríguez Ruiz, em entrevista concedida a Herrera (2017), afirma que a noção de raça mais generalizada em Cuba se apresenta em termos da cor da pele e o racismo, como herança discriminatória colonial configurada historicamente, converteu-se no "racismo do porém", porque as pessoas dizem: "não sou racista, porém..."

Nas conclusões deste estudo, é possível identificar elementos que sinalizam a robustez de valores vigentes em Cuba, não obstante as ameaças à sua permanência, aliadas à inquietação quanto ao futuro. As pesquisas atuais assinalam o deslocamento da discriminação ativa para o reconhecimento de desvantagens sociais e sentimentos de exclusão de alguns grupos, apesar das políticas promulgadas pela Revolução. Há inúmeros estudos sobre raça, racismo e os efeitos da colonização e neocolonização na cultura e na educação, mas insuficientes para se contrapor a séculos de apagamento das questões étnicas. No decorrer das últimas quatro gerações de cubanos, é notória a conquista ao direito de todos ocuparem um espaço social, em um ambiente que se aproxima ao fraterno, ainda que a somatória destes fatos não possa ser interpretada como "obra acabada".

Referências

BARNET, Miguel. **Biografía de un cimarrón**. Buenos Aires: Editor de América Latina, 1977.

HERRERA, Yeisa S.. "O problema racial se resolverá quando se destruírem a negrura do negro e a brancura do branco". Entrevista. **Revista Sociologia & Antropologia**, 2017, v. 7, n. 1, p. 269-282. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v7111>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. Madrid: Cátedra. 2002.

RIVERA, Guillermo. **Por el camino del mar**. Habana: Boloña, 2006.